

O “sono histórico” e a “maré vazante”: passado, presente e futuro em um projeto agrícola no litoral paranaense (Morretes, PR - 1970)

The “historical sleep” and the “ebbing tide”: past, present and future in an agricultural project on the coast of Paraná (Morretes, PR - 1970)

El “sueño histórico” y el “reflujo”: pasado, presente y futuro en un proyecto agrícola en la costa paranaense (Morretes, PR - 1970)

Marcos Nestor Stein¹
Beatriz Anselmo Olinto²



Resumo: O artigo analisa discursos que construíram uma historicidade para o município de Morretes, localizado no litoral do Estado do Paraná, presentes no estudo intitulado “Morretes e suas Possibilidades”, publicado em 1970 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Tal estudo estava inserido no processo de reestruturação da agricultura nacional desenvolvido durante Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985). O foco de nossa análise são os discursos sobre o passado, o presente e o futuro daquela localidade, os quais projetaram intervenções para o seu desenvolvimento social, cultural e econômico.

Palavras-chave: Litoral do Paraná; História Rural; INCRA

Abstract: The article analyzes discourses that built a historicity for the municipality of Morretes, located on the coast of Paraná State, that are present in the study entitled "Morretes and its Possibilities", that was published in 1970 by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform – INCRA. The study is part of the restructuring process of national agriculture during the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964-1985). The focus of our analysis is the discourses about the past, present and future of that locality that aim interventions for its social, cultural and economic development.

Keywords: Coast of Paraná; Rural History; INCRA.



Introdução

Atualmente, o meio rural do litoral paranaense se caracteriza pelos seus paradoxos, já que possui grandes riquezas ambientais e culturais, mas ainda apresenta graves problemas sociais; apresenta valiosos remanescentes naturais com crescentes níveis de degradação; e permanece subdesenvolvido apesar de seu potencial econômico. (BORSATTO *et al.*, 2007, p. 422).

Durante o século XX foram elaborados diversos projetos visando o desenvolvimento econômico e social do litoral do Paraná, onde estão localizados os municípios de Morretes, Antonina, Matinhos, Guaratuba, Paranaguá e Guaraqueçaba. Levando isso em consideração, o presente artigo aborda um estudo sobre o litoral do Paraná, mais especificamente sobre o município de Morretes, intitulado “Morretes e suas possibilidades”, que foi publicado em 1970 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A obra “Morretes e suas Possibilidades” faz parte de um conjunto de estudos fomentados pelo INCRA e seu antecessor, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)³, que objetivavam propor ações para o desenvolvimento agrícola de diversas áreas do Paraná. É o caso da investigação sobre o Oeste do estado, intitulada “Estudos Agro-Econômico e Social: Guaíra, Toledo, Palotina, Nova Aurora, Santa Helena, Assis Chateaubriand, Terra Roxa do Oeste, Marechal Cândido Rondon e Formosa do Oeste”, de 1970, e do estudo sobre a região Centro-Sul, intitulado “Campos Gerais: Estudo da Colonização”, de 1973⁴. Ambos são de autoria de Albert Elfe se contêm textos de Silvio Galdino de Carvalho Lima - dois dos autores de “Morretes e suas Possibilidades”. Portanto, a escolha desse documento como objeto central de nossa análise visa contribuir para o conhecimento histórico e o debate acerca da historicidade das políticas de desenvolvimento agrário propostas, ou implementadas, no Paraná durante a segunda metade do século XX.

O foco do presente artigo é investigar a historicidade que constituía, qualificava e desqualificava sujeitos e interpretava a natureza, visando a implantação de um projeto de colonização e de desenvolvimento agrícola, social e cultural no referido município. São discursos técnicos e científicos que também tinham efeitos simbólicos e consagravam divisões, humanas e regionais, pois os seus critérios também eram armas nas lutas simbólicas pelo conhecimento e reconhecimento de determinadas visões e projetos de mundo

Marcos Nestor Stein / Beatriz Anselmo Olinto
O “sono histórico” e a “maré vazante”: passado, presente e futuro
em um projeto agrícola no litoral paranaense (Morretes, PR - 1970)



(BOURDIEU, 1989, p. 120). Além de Bourdieu, nossa análise se inspira nas reflexões de Koselleck (2006, 2013) e de Hartog (2015) sobre as articulações entre espaços de experiências e horizontes de expectativas em regimes de historicidades, compreendidos como “[...] “maneiras de engrenar passado, presente e futuro ou de compor um misto das três categorias” (HARTOG, 2015, p.11). Nessa perspectiva, nossa hipótese é a de que, no caso do estudo sobre Morretes, os discursos sobre o seu passado e o seu presente não somente descreviam determinada realidade, mas criavam concepções e modelos sobre ela, legitimando a proposta de mudança econômica, social e cultural elaborada nas páginas do documento aqui em análise, bem como, constituindo uma expectativa de futuro.

Portanto, as historicidades são também instrumentos da linguagem que servem para reivindicar, condicionar e legitimar determinadas temporalidades, entendidas como permanências e mudanças, continuidades e rupturas, ou seja, durações. E nesse processo, o tempo, ou determinada concepção de tempo histórico, tem um lugar central na obra em tela: a concepção moderna de história como um processo singular e coletivo, linear e progressivo, a *Geschichte*. Conforme Koselleck (2013, p. 40):

Desde a descoberta de que nossa Terra é uma esfera, a contemporaneidade do não-contemporâneo se transformou numa experiência de todos os povos que habitam este globo. Desde então, a História é temporalizada, em um sentido genuíno. O tempo passa a ser estratificado, não mais só como vivenciado ao natural, mas também como forma de realização e resultado da ação humana, da cultura humana e sobretudo da técnica humana. Somente a partir do momento em que aceleração e retardamento conseguem medir diferenças e experiências, cuja equalização se transforma em *Leitmotiv* de uma ação político-social, e só a partir do momento em que isso se vincula à expectativa de um futuro planejável, é que existe o conceito de História. “História” – como conceito-legitimador – vai muito além de sua aplicação científica. Ele conseguiu reunir as experiências e as esperanças da Era Moderna numa só palavra, a qual conseguiu se tornar, desde então, termo de discórdia e palavra de ordem em nossa linguagem político-social.

Nessa perspectiva, analisaremos como as concepções de passado e de presente



são utilizadas para diagnosticar a vida econômica, social e cultural e projetar uma forma de aceleração do futuro para o referido município – diagnóstico e projeto que, como buscaremos problematizar nesse artigo, envolvem a construção de uma historicidade, de identificações para a população local, modelos de desenvolvimento e que são permeados por silêncios e exclusões.

O litoral paranaense como espaço de (re)ocupação

A historiografia paranaense indica que a reocupação do litoral do Paraná por europeus iniciou-se no século XVII⁵ com a concessão de uma sesmaria a Diogo Unhates, que abrangia uma grande área de terras na baía de Paranaguá (SERRA, 1992, p. 61-62). No mesmo período, as notícias da existência de ouro atraíram mineradores e comerciantes de Cananéia, São Vicente, Santos e Rio de Janeiro e, gradativamente, surgiram as vilas de Paranaguá (1648), Antonina (1714) e Morretes (1733) (WACHOWICZ, 1995). Com declínio da mineração de ouro, no início do século XVIII, muitos mineradores deslocam-se para outras regiões do Brasil em busca do metal. A população do litoral do Paraná, formada por brancos, indígenas e negros escravizados, passou a dedicar-se à agricultura, pesca e às relações comerciais com curitibanos. Tais relações são sintetizadas por Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 41) da seguinte maneira:

[...] Os habitantes de Paranaguá subiam de canoa, pelos rios, até Morretes ou Porto de Cima, onde se encontravam com os curitibanos que desciam a serra com mercadorias carregadas em lombo de mulas. De Curitiba remetia-se para Paranaguá, gado vacum e cavalgar, trigo e erva-mate. De Paranaguá subiam as mercadorias estrangeiras, ‘peças de panos de algodão, barris de vinho, aguardente do reino ou da terra, vinagre e azeite’ e sal.

José Augusto Leandro, em seu estudo sobre Paranaguá durante a segunda metade do século XIX, aponta que, com a modernização capitalista advinda naquele século da indústria ervateira, a população do litoral se caracterizava pela existência de uma elite de comerciantes e fazendeiros, donos de negros escravizados, e também por pessoas livres e pobres, uma camada formada por lavradores, artesãos e pescadores. Sobre esses últimos o autor destaca:

As histórias dos trabalhadores dos variados ambientes rurais da comarca demonstram, acima de tudo, a contraface da



modernização capitalista do período.[...] as histórias do mundo rural ilustram, em muitos casos, subordinação e violência em torno das atividades extrativas da madeira; mas também revelam que elementos da cultura popular, a despeito de malvistas e até mesmo perseguidos pela elite, resistiam, como no caso do fandango, por exemplo, uma prática comum entre as gentes pobres litorâneas do período (LEANDRO, 2003, p. 15).

Também a partir de meados do século XIX, com emancipação do Paraná e com a instituição de Curitiba como capital da província, seus governantes elaboraram projetos visando a (re)ocupação de seu território e a criação de uma estrutura agroalimentar por meio da vinda de imigrantes europeus e o seu estabelecimento na forma de colônias agrícolas, que seriam localizadas próximas aos centros urbanos (NADALIN, 2001, SANTOS, 2007, STEIN, 2011). Destaca-se, na década de 1870, a gestão de Adolpho Lamenha Lins, que promoveu o estabelecimento de vários núcleos coloniais nos arredores de Curitiba, nos Campos Gerais e no litoral, totalizando 11.805 imigrantes (NADALIN, 2001, p. 77)⁶.

Nesse processo temos a instalação, em 1875, de imigrantes italianos na Colônia Alexandra, em Paranaguá e, em 1877, a criação da Colônia Nova Itália em Morretes, que era constituída por 12 núcleos coloniais que ocuparam também parte do território do município de Antonina. As duas colônias não obtiveram o êxito desejado por seus idealizadores. De acordo com Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 169):

[...] a ausência de mercados consumidores, a falta de orientação técnica sobre as condições locais de cultivo e aproveitamento de plantas tropicais e a impraticabilidade das culturas tradicionais europeias, fatores todos que contribuíram para o fraco desenvolvimento dos núcleos coloniais litorâneos. Assim, dos cerca de dois mil e quinhentos imigrantes italianos instalados no litoral, foi bem pequeno o contingente daqueles que ali permaneceram, dedicando-se às plantações de cana para o fabrico de açúcar e aguardente e, em menor escala, ao cultivo de milho, feijão e café. Os demais, por iniciativa própria, ou com auxílio oficial foram se transferindo para o planalto.

Ao final do século XIX e durante as três primeiras décadas do século XX,



desenvolveu-se no litoral paranaense a produção de bananas em grande escala para a exportação, especialmente para a Argentina e o Uruguai. Entretanto, “[...] a maioria dos pequenos agricultores não conseguiu tirar proveito desta nova dinâmica econômica e social que ocorria, e continuou a praticar uma agricultura que visava somente a segurança alimentar da família e independente da lógica mercantil” (BORSATTO *et al.*, 2007, p. 424). Segundo esses autores, durante as décadas de 1960 e 1970, a região tornou-se palco de novas intervenções dos poderes públicos, especialmente com a construção de rodovias, o que também contribuiu para formação de latifúndios por meio da apropriação de terras devolutas e de áreas de posse de pequenos agricultores, visando a especulação imobiliária e também o desenvolvimento de atividades como a criação de búfalos, produção de café e extração de palmito e madeiras (BORSATTO *et al.*, 2007, p. 425, 427).

Por outro lado, de maneira geral, é pertinente destacar que gradativamente em várias áreas do litoral do Paraná, assim como em localidades do litoral de São Paulo, “[...] desenvolveu-se, em contrapartida à grande agricultura exportadora, uma agricultura de subsistência, que servia inclusive como retaguarda econômica dos grandes engenhos, garantindo a sobrevivência das populações locais” (ADAMS, 2000, p. 147). Adams aborda uma série de práticas agrícolas e ligadas à pesca marítima, em comum dessas populações, tanto no litoral de São Paulo, quanto no do Paraná, como também um universo de crenças e de construção de novas alternativas de vida por parte dessas populações.

“Morretes e suas Possibilidades”: historicidade e proposta de intervenção técnica

No início dos anos 70 do século XX, o “milagre econômico” no Brasil envolveu uma série de intervenções públicas e privadas no Paraná. Foi o período da construção da hidroelétrica de Itaipu, no Oeste do estado, da construção de estradas de rodagem, como a BR 277 ligando Foz do Iguaçu e Paranaguá, da oferta de financiamento para as atividades de agropecuária e da elaboração de projetos de desenvolvimento agrícola e social.

Elaborado nesse contexto, “Morretes e suas Possibilidades” também está inserido em um processo de reestruturação da agricultura nacional pela ditadura civil-militar denominado “Revolução Verde”, que ocorreu em várias regiões do Brasil – e também em diversos outros países da América Latina – a partir da década de 1960 e se caracterizou, de maneira geral, pela “transformação



capitalista da agricultura e da pecuária” (BALSAN, 2006, p. 146; GOMES, 2005, p. 407). Dele resultou a expansão da utilização de terras por atividades agrícolas intensivas “principalmente lavouras temporárias, pastagens plantadas e reflorestamento” (KAGEYMAN; SILVA, 1983, p. 540). Tal processo envolveu o uso de máquinas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes selecionadas, financiamentos bancários, disseminação de tecnologias e incentivo à produção de *commodities* para a exportação (MOTTA, MENDONÇA, 2005; ROMEIRO, 1998; SILVA; WOLFART; RIBEIRO, 2020). Tratam-se de formas de cultivo ligadas à aplicação do capital na terra, ou seja, um investimento na difusão de um progresso técnico através dessas culturas ao mesmo tempo que os cultivos tradicionais conheciam um decréscimo de suas atividades.

A tecnificação (química e mecânica) da agricultura para exportação foi incentivada por uma política de crédito rural com juros subsidiados pelo estado. Tal política desagregou a agricultura familiar, intensificou o êxodo rural e reduziu o trabalhador rural a empregos assalariados sazonais. Segundo Fleischfresser (1988), em seu estudo sobre a modernização agrícola no Paraná, essa transformação ocasionou uma diminuição drástica da população rural no estado, durante aquela década. Acrescentava-se ao panorama descrito acima, a intensificação do uso das terras por essa agricultura tecnificada, o que diminuiu os arredamentos para pequenos agricultores e as parcerias com esses. Esse processo também envolveu o uso de áreas até então consideradas ociosas, tudo em uma dinâmica de concentração da propriedade da terra (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 135-137).

Todo esse financiamento e apoio técnico visando o aumento da produção de gêneros de maior valor comercial (*commodities*) foi descrito a época pelo conceito de modernização, o que dialeticamente transformava a agricultura familiar tradicional em atraso. Destacamos que esse processo não foi espontâneo, nem ocorreu segundo alguma mão invisível do mercado, mas se tratou de um projeto planejado e financiado pelo estado brasileiro e pelos governos locais, como o do Paraná⁷. Daí os financiamentos do Banco do Brasil e do Banco Internacional de Desenvolvimento, bem como o apoio técnico do recém-criado INCRA e de seus engenheiros.

Cabe ressaltar que, esse processo também está relacionado ao contexto da Guerra Fria e de expansão do capitalismo internacional pós-Segunda Guerra Mundial, bem como à ação de organizações norte americanas e europeias que visavam incentivar o desenvolvimento econômico e social de países latino-americanos. Mas não se trata somente de desenvolvimento econômico, e sim



da produção de “um domínio de pensamento e de ação”, o que a historiadora Sônia Mendonça sintetizou por meio dos seguintes eixos:

- a) As formas de conhecimento que a ele deram materialidade através de projetos, conceitos e teorias;
- b) O sistema de poder que passou a regular suas práticas;
- c) As formas de subjetividade coletivas por ele forjadas, que fizeram com que as pessoas passassem a se reconhecer como desenvolvidas ou não. (MENDONÇA, 2015, p.170).

É nesse contexto que temos o estudo intitulado “Morretes e suas Possibilidades”. Sua elaboração se deu ainda sob a égide o INDA, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, mas acabou sendo publicado nos primeiros meses de existência do INCRA e sob seu selo editorial.

O estudo é assinado por quatro autores. O primeiro é o engenheiro agrônomo Silvio Galdino de Carvalho Lima, formado em 1950 pela UFPR. Lima iniciou sua carreira profissional no início da década de 1960 como extensionista da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural. Na sequência, atuou como coordenador do INDA e, em 1974, assumiu a coordenação da Associação de Orientação às Cooperativas do Estado do Paraná – ASSOCEOP. Posteriormente, fixou-se em Minas Gerais, onde atuou no Centro Nacional de Armazenagem da Universidade Federal de Viçosa.

O segundo autor é Albert Elfes, alemão que se formou em Agronomia e Ciências Econômicas em Bonn, Alemanha, em 1950, quando também migrou para o Brasil. Elfes desenvolveu diversos projetos de desenvolvimento agrícola no Nordeste, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e no Paraná (STEIN, 2014, p. 110).

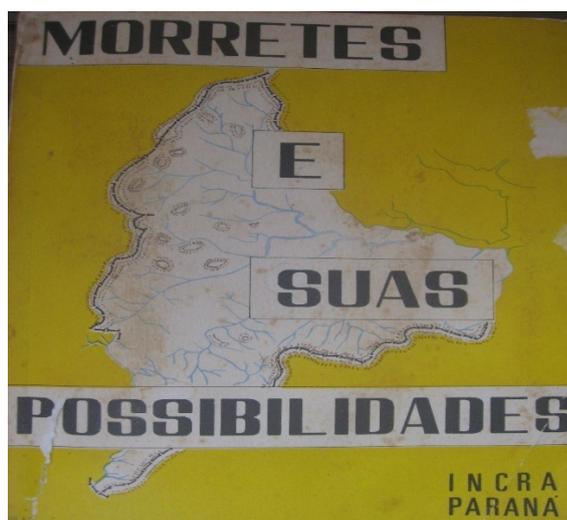
O terceiro autor é José Orontes Pires, engenheiro agrônomo do INCRA⁸. Por último, temos Henry H. Gerber, alemão formado em Economia, Finanças e Administração de Empresas pela Friedrich-Wilhelm Universität, Alemanha. Na década de 1950 e durante a primeira metade dos anos 60, ele atuou na Tailândia e depois como contratado do governo norte-americano em projetos de organização de cooperativas no Vietnã e na Coreia do Sul. Em 1965, como técnico da *United States Agency for International Development* (USAID), Gerber foi transferido para o Brasil, onde prestou assistência técnica a associações agrícolas cooperativistas e, na década de 1970, passou a atuar junto ao INCRA

(SETTI, 2011, p. 36; UTUMI, 1973, p.351-352).

“Morretes e suas Possibilidades” possui 135 páginas e está estruturado em 4 partes, as quais apresentam uma proposta racional de “[...] intervenção gradativa, que compreende vários estágios interdependentes [...]” (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 12)⁹. Vejamos: na primeira parte, temos os textos intitulados “Considerações Iniciais” e “Preliminares” que apresentam os objetivos do estudo, a estrutura do texto e uma narrativa que apresenta a perspectiva de processo histórico para a região litorânea do Paraná. Na sequência, há a parte intitulada “Diagnóstico”, na qual são discutidas a localização geográfica, a extensão territorial, a topografia, o clima, história de Morretes, forma de ocupação da terra, estrutura agrária, as etnias de seus habitantes, “vida cultural” e produção agrícola. A terceira parte é o “Prognóstico”, em que são apresentados os resultados da investigação sobre o potencial de desenvolvimento projetado para os anos de 1975, 1980, 1990 e a apresentação e discussão de dados quantitativos sobre os centros consumidores dos produtos agrícolas da região, sobre a criação de gado, a produção de alimentos e o reflorestamento. Na última parte, intitulada “Projeto”, são propostas diversas ações para o desenvolvimento econômico e social de Morretes, tais como melhorias na infraestrutura, “recolonização”, com recomendações sobre a forma de escolha dos colonos, mecanização dos trabalhos agrícolas e estimativas financeiras destas ações.

Iniciaremos nossa análise a partir da capa do estudo.

Figura 1 - Capa de “Morretes e suas Possibilidades”



Fonte: Lima *et al.* (1970).



Trata-se de uma imagem na qual, ao centro, há uma representação do território do município de Morretes. O fundo ao seu entorno está em cor amarela e seu interior em branco, no qual há apenas as representações topográficas e de cursos de água, sem suas identificações¹⁰. O município é apresentado por meio de um mapa físico; não há representações das pessoas ou de cidades e edificações. Portanto, Morretes é constituído como um local com potencial através de sua natureza física, uma folha em branco em seus aspectos humanos, propícia para se desenhar ou planejar determinada realidade, no caso, determinada possibilidade, ou expectativa de futuro; o que é realçado pelo formato retangular dos *boxes* que contêm o título do livro.

No início das “Considerações Iniciais” temos uma narrativa que constitui o litoral da seguinte maneira:

Toda a Região Litorânea do Paraná é um desafio. Desafio ao homem, aos governos, ao desenvolvimento. Dominado por uma série de barreiras contra o progresso, o Litoral continua distante, e afastando-se sempre mais, da realidade dinâmica do Paraná. O Porto de Paranaguá e as praias, que nos últimos dez anos têm-se projetado com grande destaque para o Estado, são fatos isolados para a Região do Litoral, não ‘perturbando’ em nada o seu prolongado ‘sono histórico’ (LIMA *et al.*, 1970, p. 9).

No fragmento acima, o litoral é constituído como um sujeito geográfico¹¹ – e a letra inicial maiúscula reforça esse aspecto. Trata-se de um sujeito do atraso em relação ao Paraná que, por sua vez, é constituído como dinâmico e inserido em uma historicidade caracterizada pelo desenvolvimento social e econômico em uma temporalidade linear e progressiva. Portanto, ao contrário do litoral, o restante do Paraná estaria em um movimento constante rumo a algum lugar, a saber o futuro progressivo, e assim, aumentando cada vez mais a distância em relação ao seu litoral, percebido como um lugar fixo em um passado. Em outros termos, percebe-se aqui a elaboração de dualidades excludentes entre o novo e o antigo, o futuro e o passado, o progresso e o atraso. Além de ser constituído como oposto ao resto do território do estado do Paraná, o litoral era delimitado com entrave a uma temporalidade progressiva, como se fosse um ponto fixo do passado no presente em oposição ao movimento progressivo contínuo do estado como um todo.

Seguimos acompanhando a narrativa que apresenta mais detalhes desse dualismo litoral versus interior do Paraná.



Embora servindo de primeira porta de entrada para as conquistas e povoamento do território, o Litoral permanece quase em estado primitivo, até hoje. Continua sendo ‘passagem’ quer para o Porto quer para as praias.

Essa situação de ‘passagem’ não tem servido para mudar, em nada, a Região. Tudo continua ‘tranquilamente’, à margem; à margem de tudo. As estradas asfaltadas hoje cortam quatro dos seis municípios da Região, comunicando-os diretamente com a capital do Estado. A energia elétrica já é abundante [...]. As cidades maiores contam com equipamentos comunitários razoáveis. A era moderna das telecomunicações já chegou, tendo sido Paranaguá a primeira cidade paranaense – antes mesmo da capital – a conhecer discagem Direta à Distância em seu sistema telefônico.

Mas, os Índices de incidência de endemias, de atraso da população rural, de desconhecimento tecnológico na agricultura, de desânimo, são grandes; grandes demais. Tudo isto unido à situação fundiária, que não ajuda em nada, conserva a situação inalterada, através do tempo.

(LIMA *et al.*, 1970, p. 9).

No fragmento acima temos a reafirmação do litoral como um espaço geográfico que não acompanhou as transformações do restante do Paraná. As características do sujeito “Litoral”, com maiúscula, estão reativadas: a visão de atraso, doenças, a homogeneização da população e o apagamento dos povos indígenas e negros. O restante do estado segue um traçado temporal, marcado por inovações tecnológicas como a energia elétrica, telefonia e estradas. Embora o litoral também possa usufruir dessas tecnologias e dessa infraestrutura, ele se manteria atrasado em função das doenças de sua população¹², do tipo de agricultura e de estrutura fundiária.

Se, por um lado, a condição de atraso do litoral deve-se à sua população, suas doenças, mazelas sociais e culturais, por outro, a natureza possibilitaria uma espécie de redenção, de inserção dessa região no mesmo fluxo temporal do restante do Paraná. É o que podemos ler na sequência.

A excelência das terras, a riqueza hídrica, a proximidade dos mercados e outras facilidades da Região, têm chamado a atenção dos órgãos públicos e de algumas iniciativas particulares isoladas. Porém, como um todo, em termos de desenvolvimento integrado



e global, o Litoral do Paraná continua sendo uma grande ‘interrogação’
(LIMA *et al.*, 1970, p. 9).

A construção do litoral como uma “interrogação” – pois possuiria as condições naturais necessárias para estar em uma condição de desenvolvimento econômico e social semelhante às demais regiões do Paraná – é a justificativa para a elaboração do estudo e, para isso, foi escolhido o município de Morretes. Ou seja, os engenheiros, além de diagnosticarem os males do local, iriam projetar as intervenções que poderiam solucionar os problemas por eles selecionados no diagnóstico, pois que a crença na atuação técnica no presente era o prognóstico de um futuro, assim: “Acreditamos que um trabalho bem-sucedido ali (em Morretes), poderá ser o ponto de partida na busca de soluções mais amplas para os problemas regionais do Litoral.” (LIMA *et al.*, 1970, p. 10).

A percepção, seleção e conceituação dos problemas e das soluções para o município são apresentadas de forma mais detalhada na sequência:

Ao iniciarmos a execução do presente estudo predominava já em nossa mente a convicção de que Morretes, a despeito das boas condições fisiográficas que apresenta, não poderia ingressar na era moderna de progresso e desenvolvimento, sem que se considerasse a Recolonização como condição fundamental. O grande **entreve é de ordem sociológica**. A população, além de pouco densa, está involuída em todos os seus valores e, sobretudo, descrente, desencorajada para qualquer esforço de superação da fase decadente. Radicada ali desde os primórdios da colonização do Estado, representando por longo tempo o que tínhamos de mais expressivo em matéria de civilização, a população morretense viu-se, de repente, arrastada para uma ‘maré vazante’ que já a muito perdura. Cansada, não reage mais. A maior prova desta inanição é a evasão constante dos seus filhos jovens que vão engrossar as fileiras do progresso em outras regiões do Estado, e não servem ao seu município. (LIMA *et al.*, 1970, p. 10, grifo nosso).

Na passagem acima os autores apontam como havia uma concepção *a priori* norteadora do estudo e da qual partem para a projeção do futuro de Morretes, a saber, a culpa da população pelo atraso então diagnosticado pelos engenheiros.



Portanto, o problema do litoral seriam os litorâneos. Todo o empreendimento visando desenvolver a região partia de uma percepção excludente de sua população, vista como, incapaz de progredir autonomamente e assim responsável pelo tal “sono histórico” (LIMA *et al.*, 1970, p. 9) diagnosticado pelos autores. A expressão “maré vazante” juntamente com as palavras “involuída” e “inanição” são características dessa visão que constitui negativamente uma temporalidade para a população do litoral paranaense.

Cabe destacar que, a “maré vazante” seria um acontecimento repentino, e não o resultado de um processo histórico. Além disso, embora os autores utilizem essa expressão como metáfora para fazer a sua interpretação sobre a população do litoral do Paraná, não se trata de tomar tal situação como algo temporário, como um ciclo, tal como acontece com o movimento das marés na natureza, mas como uma situação permanente, inserida numa temporalidade linear humana que, em determinado momento, “de repente”, passou a rumar para a direção contrária à do restante do estado. Como veremos mais adiante, um dos elementos da solução proposta para esse problema diagnosticado é a inserção de novos colonos no município, o que estabeleceria uma nova ordem temporal em Morretes.

Outro aspecto que devemos considerar, é que não se trata somente de uma proposta, mas de um estudo técnico apresentado com uma metodologia científica. Daí o tom retrospectivo da narrativa em que diagnóstico, hipótese e conclusões são apresentados no início da publicação como uma descrição dos problemas que também opera como uma prescrição do que deve ser feito para solucioná-los. É o que podemos ler no seguinte fragmento:

O estudo agora feito, confirmou sobejamente a hipótese levantada; Morretes precisa receber novos colonos. Colonos com visão e tecnologia para demonstrar aos antigos, o que é possível conseguir se reunindo através de um esforço de organização comunitária, os fatores de produção. Ademais o sentido de produção terá que ser expresso e executado em termos empresariais, envolvendo boa técnica, organização e uma dinâmica evolutiva, diferente da situação estática e débil de hoje. (LIMA *et al.*, 1970, p. 10).

Portanto, nesse estudo, os engenheiros agrônomos constituem discursivamente uma região. Nessa constituição, como bem lembrou Bourdieu, se inscreve o ato de autoridade de um princípio prescritivo de divisão



(BOURDIEU, 1989, p.114), o qual circunscreveu as fronteiras da região-problema e, com esse sentido, foi possível projetar ações em nome de um futuro de progresso econômico a ser concretizado por meio da atividade agrícola. Projeto que, como veremos mais adiante, envolveu a inserção de novas plantas e novas pessoas – cultivo de arroz, frutas, etc., por agricultores oriundos de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Ao final, as “Considerações Iniciais” também indicavam os destinatários da publicação:

Desejou a Delegacia Regional do INDA no Paraná dar a sua contribuição, no esforço de desenvolvimento de Morretes, apresentando este estudo que, impresso, será distribuído entre aquelas pessoas físicas e jurídicas, como também de governo, que tenham possibilidade e interesses em tomar parte no processo de dinamização da riqueza naquele município.

Por este trabalho Morretes ficará mais conhecido no Paraná, no Brasil e até no exterior, pois pretende-se interessar organizações de investimento, de desenvolvimento e de ajuda.

(LIMA *et al.*, 1970, p. 10-11).

Ou seja, os agentes indicados como os promotores do processo de inserção de Morretes na era moderna são externos ao município. Outro aspecto reafirmado nesse fragmento é a visão de que a riqueza não engloba a população local, mas elementos da natureza que estariam inertes, estáticos em função de sua não utilização. Portanto, torna-se necessário a ação de agentes externos ao município para dinamizá-los. E tais agentes não seriam nem o INDA ou seu sucessor, o INCRA, mas “[...] uma organização com características de entidade privada, com bases comunitárias e apoiada por poderes públicos, seja o suporte para implantação e execução do processo de desenvolvimento de Morretes” (LIMA *et al.*, 1970, p. 11).

Diagnóstico, Prognóstico e Projeto

A visão dicotômica de riqueza natural versus pobreza social de Morretes continua na parte intitulada “Preliminares”. Vejamos:

A primeira impressão para quem visita o Município de Morretes e a sede municipal é a de beleza panorâmica, de pujança tropical



de suas terras e da riqueza hidrográfica. A segunda impressão, porém, é de completa estagnação econômica da região. Esta última impressão intensifica-se em cada visita ou pesquisa que se faça na região. Finalmente chega-se à conclusão, que não se trata apenas de estagnação, mas que o Município se encontra hoje em pleno retrocesso em quase todos os setores. (LIMA *et al.*, 1970, p. 2).

Para além do olhar autorizado dos profissionais do INCRA, a passagem acima compõe uma indistinção entre visitar e pesquisar o município. A estagnação seria tão clara que não era necessário ter um olhar especializado para perceber o problema; até um olhar rápido de visitante perceberia as duas características fundantes dos problemas diagnosticados pelo estudo: a natureza farta e economia humana parada no tempo. A diferença é que o olhar mais demorado dos autores percebia mais que uma estagnação, mas também um movimento de retrocesso. Os agentes do saber técnico autorizado e instituído em um dispositivo de estado, como o INCRA, vinham de fora do município para ensinar aos locais a ver os problemas que esses últimos não sabiam que tinham. A proposta técnica era um projeto que visava colocar Morretes nos trilhos da história, entendida no seu sentido moderno e progressivo da *Geschichte*.

Na sequência são apresentadas as subdivisões do livro: “Diagnóstico”, “Prognóstico” e “Projeto” de uma intervenção técnica e científica. Mas o trabalho a ser proposto pelos engenheiros partiria de uma nova matéria prima a ser trabalhada, a saber, uma nova população para aquela região-problema. E essa intervenção estaria legitimada em uma discursividade que organiza grupos humanos ligando-os a regimes de historicidades em um processo de conhecimento através da formulação de conceitos de atraso e progresso. Pois, como observamos anteriormente, trata-se de uma interpretação que constitui uma imagem de Morretes como um local que ficou à margem do processo histórico, cujo parâmetro era a transformação da paisagem pela ação técnica humana visando o aumento da produção agrícola, tendo como modelo o que acontecia em outras partes do Paraná e do Brasil.

Ainda acompanhando o diagnóstico socioeconômico de Morretes, temos inicialmente, a apresentação e a avaliação de maneira detalhada da localização geográfica, extensão territorial, topografia, clima, hidrografia, características do solo e da vegetação. Nessa descrição/prescrição da paisagem natural, os aspectos são classificados de acordo com as “possibilidades de uso econômico”. (LIMA *et al.*, 1970, p. 5). Vejamos:



Quadro 1 - Classificação da topografia de Morretes

Área total do município	72.000 ha	100%
Terras inutilizáveis por motivos topográficos	16.000 ha	22%
Morros, colinas e encostas aproveitáveis	36.000 ha	50%
Baixadas em condições precárias de exploração	12.900 ha	18%
Brejos que dependem de drenagem agrícola	7.200 ha	10%

Fonte: Lima et al., (1970, p. 5).

No quadro há a elaboração de uma classificação utilitarista dos elementos não humanos locais. Assim, temos a homogeneização e a classificação da natureza e sua transformação em regiões por meio de cálculos matemáticos que envolvem as possibilidades de seu uso econômico. Ou seja, de forma semelhante à capa do estudo, na qual o título está inserido em retângulos, constituindo determinada ordem geométrica, aqui a região é delimitada, formatada e reduzida à números e porcentagens. Montanhas, vegetação, rios, pântanos, planícies - uma realidade heterogênea - agora são quantificadas, classificadas e hierarquizadas a partir de critérios que envolvem possibilidades de exploração econômica humana.

Em relação ao clima, em especial ao regime de chuvas, a avaliação dos engenheiros é a de que o elevado índice pluviométrico “[...] dificulta qualquer atividade agrícola, inclusive a mecanização, porém favorece o desenvolvimento de culturas tipicamente tropicais e hidrófilas”. (LIMA *et al.*, 1970, p. 5). O juízo positivo também se dá em relação aos rios, pois, para eles, haveria a possibilidade de drenagem de áreas pantanosas e o uso das águas para a irrigação.

[...] A dominação dos cursos de água, através da retificação, da drenagem dos pântanos, da distribuição planejada da água, possibilitaria cultivo irrigado – em cerca de 20.000 hectares, só no município de Morretes, e evitaria a acidificação progressiva dos solos e a formação de mais pântanos. (LIMA *et al.*, 1970, p. 10).

Como podemos ver, trata-se de ações que visam dominar a natureza. Os cursos dos rios sofreriam uma intervenção para se tornarem retilíneos¹³; suas águas seriam usadas para a irrigação e os solos teriam sua composição química modificada para a agricultura. A única exceção da natureza do litoral como potencial econômico são as florestas, pois, para os engenheiros, elas “[...] já

Marcos Nestor Stein / Beatriz Anselmo Olinto
O “sono histórico” e a “maré vazante”: passado, presente e futuro em um projeto agrícola no litoral paranaense (Morretes, PR - 1970)



perderam sua importância econômica, pois as partes existentes já foram exploradas e as matas ainda existentes são de muito difícil acesso” (LIMA *et al.*, 1970, p. 11).

Na sequência, a narrativa aborda o tema intitulado “Aspectos da História de Morretes”, que é dividido em três partes: “História Econômica”, “Da Ocupação das Terras” e “Etnias”. Na primeira parte, a história de Morretes tem como gênese a chegada dos “[...] primeiros imigrantes, vindo do litoral paulista [...]” (LIMA *et al.*, 1970, p. 12) em meados do século XVII em busca de ouro. Com o esgotamento das minas, a grande maioria deixou a região, “[...] ficando para trás alguns lavradores que se tinham radicado na região e que produziam somente para o consumo próprio. [...]” (LIMA *et al.*, 1970, p. 12). Portanto, indígenas e negros são apagados dessa narrativa de origem; e mesmo a história dos brancos é constituída somente por duas atividades econômicas: mineração e agricultura de subsistência.

Em seguida, é estabelecida uma distinção entre o processo de povoamento do primeiro planalto, onde está localizada Curitiba, e a população do litoral. Vejamos:

O povoamento original no Primeiro Planalto foi alimentado por uma corrente migratória vinda de São Paulo, e não do litoral paranaense, pois a Serra do mar travava então a migração leste-oeste. **Desse modo a ocupação da terra no litoral e no planalto ocorreram simultaneamente, porém, independente uma da outra.** [...] No século XVIII já tinham-se formado povoados no primeiro planalto e ao longo do Vale do Iguaçu. [...] Estes povoados no planalto dependiam da importação de produtos europeus, por exemplo, de ferramentas e fazendas.

Depois da abertura da vereda do rio Ipiranga, desenvolveu-se então um comércio, inicialmente precário, entre o porto marítimo de Paranaguá, através de Morretes, e os planaltos do Paraná. O caminho [...] era: Paranaguá-Morretes ou Porto de Cima em canoas. Aí se formaram os pontos de baldeação entre o transporte aquático e o terrestre. Depois a Serra do Mar acima com os carregadores – em parte escravos índios – até o vale do Iguaçu, continuando por via fluvial, ou animais de carga, para o oeste do Paraná.

Assim, na segunda metade do século XVIII iniciou-se a segunda onda de imigrantes para Morretes, composta principalmente de



comerciantes e seus auxiliares de audacioso espírito pioneiro. Era principalmente a comercialização, a industrialização e a exportação de erva-mate e a importação de produtos europeus que formaram as bases para um alto desenvolvimento econômico da região durante a primeira metade do século XIX, quando Morretes e Porto de Cima chegaram a ser o centro cultural da então Província do Paraná. (LIMA *et al.*, 1970, p. 12, grifo nosso).

Aqui temos uma narrativa que estabelece uma origem “simultânea e independente”, ou seja, separada, dividida entre o planalto do estado e o litoral desde o princípio da (re)ocupação. Concomitantemente, a narrativa de ascensão e queda do litoral como sujeito histórico é organizada. Para os autores, essa região, outrora situada no nível mais elevado de desenvolvimento cultural e econômico do Paraná, na década de 1970 estaria em um processo de decadência em todos os seus aspectos humanos. Tal declínio é explicado da seguinte maneira:

[...] A dedicação exclusiva e altamente remunerada às atividades comerciais e industriais, e as dificuldades do escoamento do produto volumoso agro-pecuário, tornaram sem atração maiores atividades agrárias.

Uma economia baseada exclusivamente no comércio, sem produção própria, é altamente vulnerável. Assim decaiu a vida econômica do Município rapidamente com a abertura da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá em 1885. Com esta ferrovia os portos de Morretes e de Porto de Cima, como também as indústrias de beneficiamento tornaram-se supérfluos e o intermediarismo ficou sem razão de ser. As grandes casas comerciais e industriais mudaram-se serra acima, para Curitiba, para o início da linha ferroviária, e com isso ocorreu o êxodo de capitais e do espírito empresarial em grande escala.

Desta decaída o Município nunca mais se recuperou. (LIMA *et al.*, 1970, p. 13).

Paradoxalmente, a queda social, cultural e econômica de Morretes é explicada pela chegada de um dos principais indicadores de progresso e modernidade no século XIX: o trem. Em sua pesquisa sobre a história da construção da linha férrea na região centro-sul do estado do Paraná, a historiadora Sílvia Mello



afirmou que, desde aquele século, a ferrovia “funcionaria como forma de integração territorial da província a partir do saber técnico dos engenheiros que, ao definirem o percurso mais apropriado para a estrada, estariam também demarcando as zonas mais importantes para experimentarem o desenvolvimento.” (MELLO, 2002, p. 180). A autora destaca como a ferrovia e seus projetos de implantação foram locais privilegiados para a compreensão dos processos de territorialização do Paraná, pois que revelavam: “[...] a busca de constituições identitárias que visavam estabelecer o caráter de *moderno* e *civilizado* em cada um dos domínios que ela circunscrevia” (MELLO, 2002, p. 190-191). Assim, para os autores do estudo, Morretes ficara fora dessa circunscrição.

Seguimos a análise de “Morretes e suas Possibilidades”. O estudo conduzia a uma proposta de redenção agrícola para esse passado, mas apenas com uma agricultura em moldes empresariais, pois que as atividades ali existentes como o cultivo de cana de açúcar, a indústria de aguardente e as plantações de bananas não teriam alcançado “[...] ainda o desenvolvimento agro-pecuário condizente com a situação geográfica e ecológica e com as possibilidades atuais.” (LIMA *et al.*, 1970, p. 13) O quadro de decadência se agravava, segundo os engenheiros, com a construção de mais um dos símbolos da era moderna: as estradas. No caso, trata-se da conclusão, em 1968, da rodovia BR 277 ligando Curitiba e Paranaguá, cujo traçado situa-se a nove quilômetros da sede de Morretes, prejudicando “[...] a vida econômica da Sede Principal. Por outro lado, o êxodo dos jovens à procura de emprego nos Municípios vizinhos ficou facilitado” (LIMA *et al.*, 1970, p. 13). Novamente, o percurso traçado passava ao largo do município.

O próximo item da narrativa sobre a história econômica de Morretes envolve a ocupação da terra. A avaliação dos engenheiros acerca desse tema é a seguinte:

A colonização agrícola no Município de Morretes nunca obedeceu a uma sistemática ou a um plano de loteamento. A ocupação das terras foi irregular, muitas vezes dependendo do acaso, e inicialmente sem medição e sem regularização jurídica. Algumas grandes famílias receberam terras das autoridades em São Vicente e legaram estas posteriormente a seus familiares e auxiliares. Mas estas terras não foram cultivadas, geralmente, pelos proprietários, mas por empregados, meeiros ou escravos. Até hoje ainda existe em ampla escala a mentalidade que encara terra como reserva econômica ou objeto de especulação e não como base de vida e meio de produção. Esta mentalidade, ainda não



superada, prejudicou no passado seriamente o desenvolvimento agro-econômico.

[...]. Durante gerações a divisão de bens dividiu e subdividiu os imóveis originais, contribuindo desta forma para a formação de minifúndios e para dificultar a regularização de domínio e posse. (LIMA *et al.*, 1970, p. 14).

Em que pese a crítica ao não uso da terra para a produção agrícola pelos seus proprietários, a ênfase está na irregularidade jurídica das propriedades: terras não tituladas, não poderiam obter financiamento. A isso, soma-se a falta de planejamento, ou falta de determinada “ordem”, na sua ocupação. Portanto, a estrutura fundiária é constituída pela falta de medição, de produção e de documentos de propriedade. Além disso, propriedade da terra é apresentada como algo estático, naturalizada, e não fruto de processos históricos em que essa se estabeleceu de forma hegemônica.¹⁴

A questão envolvendo a propriedade da terra também está presente no item “Etnia”, no qual são descritas as origens e a classificação, por meio da categoria etnia, da população de Morretes. Não há uma explicação dos critérios usados nessa classificação, apenas menciona-se que tais dados foram obtidos no cadastro de proprietários de imóveis do IBRA. Vejamos:

Quadro 2 - Classificação étnica da população de Morretes

Descendência brasileira	79,2%
Descendência parcialmente italiana	9,7%
Descendência parcialmente germânica	5,9%
Descendência nipônica	2,3%
Outros	2,9%

Fonte: Lima et al., (1970, p. 15).

A classificação indica que etnia e nacionalidade são encaradas como sinônimos. Além disso, negros e indígenas estão excluídos dessa classificação, ou talvez incorporados à classificação “descendência brasileira”. De qualquer forma, somente os proprietários cadastrados no IBRA foram levados em consideração, o que sugere uma visão que naturaliza o vínculo entre propriedade e etnia¹⁵. Mas ao final do tópico, eles ressaltam, sem explicitar os motivos, que “o elemento estrangeiro não português pouco tem contribuído para o desenvolvimento agrícola da região, [...]” (LIMA *et al.*, 1970, p. 15), o que reforçava e legitimava a visão de decadência econômica e social de Morretes



vinculada ao tipo das gentes que ali residiam.

O diagnóstico prossegue com a apresentação de dados sobre a demografia, a quantidade de escolas, o abastecimento de água, infraestrutura rodoviária e ferroviária e sobre as instalações sanitárias e a estrutura hospitalar do município. Nos dois últimos aspectos temos novamente a descrição acerca das doenças que afligem a população:

[...] 98% dos habitantes do Município sofrem de verminoses, dos quais 70% de poliinfecções e 40% de amarelão. Este fato prejudica consideravelmente a capacidade produtiva do homem. Desta forma as verminoses se transformam num fator econômico de alta influência negativa e isso tanto mais, porque grande parte da população nem sabe, que o estado de saúde podia ser melhor com tratamento e assistência do médico. (LIMA *et al.*, 1970, p. 20).

Cabe aqui destacara permanência dos índices de verminoses na população local apresentados pelo relatório da “Profilaxia Rural” no ano de 1919, o qual registrou que 100% da população do litoral estava acometida por verminoses (OLINTO, 2012, p. 116-117). Segundo a pesquisadora:

Em 1919, a Profilaxia Rural no Paraná propunha questões mais amplas do que o saneamento do sertão paranaense, pois que era a vida das pessoas o objeto de intervenção. O rural era visto pela Profilaxia como um espaço de falta, o olhar que se lançava não via o que lá existia, pois o quanto prostrado pela doença e indolente pelos vermes podia ser um trabalhador que sustentava a economia do estado? (OLINTO, 2012, p. 122).

Em que pese a distância cronológica entre o relatório da “Profilaxia Rural” e “Morretes e suas Possibilidades”, podem ser percebidas continuidades entre ambos, na medida em que registram olhares semelhantes sobre a população e sobre o impacto econômico das doenças. Em 1970, corroborando com a eficiência de intervenções técnicas na localidade, os engenheiros mencionam que as ocorrências de outras doenças, como o paludismo, teriam diminuído consideravelmente por meio de obras de saneamento¹⁶. Assim, a ciência teria um papel fundamental na visão dos médicos e dos agrônomos na superação do atraso no campo, tanto na questão do tratamento das verminoses, quanto na falta de implementação de instrumentos agrícolas mais modernos. Portanto,



o projeto agrícola elaborado pelo INCRA se insere em um fluxo discursivo que apresenta continuidades e permanências de enunciados.

O último aspecto dessa parte do estudo envolve a avaliação do setor industrial. Semelhante ao juízo em relação à população de Morretes, os autores afirmam que “a impressão predominante é de decadência completa “[...] o que, aliás, nada mais é do que uma consequência da decadência econômica no setor agropecuário e o consequente êxodo demográfico” (LIMA *et al.*, 1970, p. 22). Portanto, aqui temos uma relação de causa e efeito que constituem os problemas e indicam as soluções, que desembocam na necessidade de um projeto para alavancar o setor agropecuário.

E é em função disso que, na sequência, o estudo aborda a estrutura agrária de Morretes. A partir de informações colhidas na prefeitura municipal, no Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Paraná e do IBRA, os autores concluem que cerca de 80% dos proprietários seriam minifundiários, com propriedades com menos de 50 hectares. No entanto, também destacam a existência de grandes propriedades, que totalizam quase a metade das áreas rurais cadastradas pelo IBRA. São essas as propriedades cujos donos seriam membros de “famílias tradicionais”¹⁷ que não estariam residindo em Morretes e que teriam “[...] a propriedade como reserva econômica, sem tirar geralmente o mínimo proveito das terras, nem a arrendam a terceiros [...]” (LIMA *et al.*, 1970, p. 24).

Os autores complementam que quanto maior a área relativa das propriedades, menos elas são usadas para a produção agropecuária. Nessa direção, eles também estabelecem em seu diagnóstico os percentuais das áreas que seriam utilizados para a agricultura e também o cálculo sobre os valores auferidos por um trabalhador médio em atividades rurais o município e um trabalhador do porto de Paranaguá: “[...] Um trabalhador nos canaviais de Morretes, por exemplo, ganha 3,5 a 4,0 cruzeiros por dia durante 6 a 7 meses do ano. Um trabalhador na estiva em Paranaguá ganha uma média de Cr\$ 500,00 por mês, durante o ano inteiro [...]” (LIMA *et al.*, 1970, p. 28). Temos então uma explicação racional acerca do êxodo demográfico que novamente se situa no âmbito econômico.

Após passar em revista os diversos produtos agrícolas produzidos em Morretes, os autores apresentam um resumo desse diagnóstico, em que repetem as percepções sobre a decadência econômica e social do município, cujo principal sintoma seria “[...] este êxodo, que [...] privou a região permanentemente, não só de mão de obra de qualidade, mas também de espírito de iniciativa particular



e empresarial [...]” (LIMA *et al.*, 1970, p. 35).

Por fim, sinalizam um prognóstico sombrio, uma profecia de que a situação se tornará pior se não forem efetuadas as ações que visem modificar esse quadro: “Se continuar a tendência atual da estagnação econômica, o Município corre o perigo de se transformar em museu da história paranaense, sem vida econômica independente” (LIMA *et al.*, 1970, p. 35-6). Trata-se de uma estratégia discursiva que constitui uma espécie de pretérito do futuro, uma inversão do futuro do pretérito, em que determinado futuro não se confirmaria, pois não teriam sido implementadas determinadas ações. O resultado seria um passado congelado no futuro, um “museu da história”, expressão depreciativa sobre a função dos museus, como meros lugares de guarda de objetos que não tem mais utilidade para o presente.

Para evitar esse passado sombrio no futuro, as próximas páginas são dedicadas à apresentação do “Prognóstico de desenvolvimento potencial até os anos 1975, 1980 e 1990”, o qual apresenta as seguintes diretrizes para a sua concretização:

- Uma recolonização em pequena escala, com cerca de 200 famílias, distribuídas em vários pontos do município.
 - A liberação de terras para esta ‘recolonização’. Este no início será um problema difícil, pois nenhum proprietário grande vai querer vender suas terras, porquanto todos esperam uma valorização consequente dos incentivos previstos.
 - Mais dragagem dos rios e drenagem das terras encharcadas.
 - Criação de uma ‘Empresa de Desenvolvimento’ de Morretes, que trataria dos seguintes assuntos:
 - Maior assistência técnica – inclusive mecânica – inicialmente para os novos colonos, com a oferta de colaboração aos demais lavradores.
 - Colaboração com os lavradores na produção agropecuária, na comercialização e, finalmente, na industrialização de produtos.
- (LIMA *et al.*, 1970, p. 37-8).

Temos, portanto, após o diagnóstico, que destacava problemas e selecionava possibilidades de desenvolvimento de Morretes, uma configuração de futuro. Os pilares desse futuro envolvem dois agentes externos à comunidade de Morretes. A vinda de agricultores para a “recolonização” das terras e a implantação de “Empresa” que organizaria esse processo. Os objetivos da “recolonização” e da



empresas são apresentados da seguinte forma:

A finalidade principal da ‘Recolonização’ será a importação de novos conhecimentos, a superação da letargia reinante e o estímulo para atividades agrícolas mais intensas, pois o exemplo prático no campo e a prova de maior ganho serão os argumentos mais convincentes para os lavradores tradicionais.

A função principal da ‘Empresa’ estaria inicialmente na organização da ‘Recolonização’, na estreita colaboração com o pequeno e médio lavrador, na proteção deste contra o intermediarismo exagerado e na introdução e na supervisão de técnicas modernas. (LIMA *et al.*, 1970, p. 38).

Depois da descrição detalhada das estimativas de produção agropecuária para Morretes, há a apresentação mais detalhada do projeto para o desenvolvimento do município, do funcionamento da “Empresa de Desenvolvimento” e da proposta para a recolonização. Essas ações tinham como alvo a transformação material e cultural de Morretes. Nesse sentido, temos a reafirmação da deterioração identitária da população local, definidos como sujeitos que existiriam fora do processo histórico moderno da *Geschichte*. Vejamos:

A maior parte da população rural vive à margem do processo econômico [...]. Esta camada da população agrícola, se por um lado possui altas qualidades humanas, como sinceridade, paciência e laboriosidade, por outro lado dispõe de quase nenhuma experiência e conhecimentos de uma agricultura moderna e racional. E, ainda, a mentalidade é fortemente influenciada pela tradição, por métodos antiquados, pelo desalento geral da região. Também a desambição age como freio sobre o desenvolvimento econômico da região e conduz, pela rápida satisfação das ínfimas exigências individuais, à estagnação econômica e, conseqüentemente, ao retrocesso. (LIMA *et al.*, 1970, p. 86).

Daí a recolonização ser justificada da seguinte forma:

- O colono novo, inicialmente desenraizado do seu ambiente costumeiro, e ainda livre das tradições e tabus da nova região, é mais acessível a novos métodos e conselhos técnicos. Sentindo-se individualmente inseguro, aceitará mais fácil o apoio da



‘Empresa’ e estará mais disposto à cooperação.

- Depois de provadas as vantagens financeiras dessa cooperação, o exemplo dos novos colonos animará, paulatinamente, os demais agricultores à mesma cooperação. Dessa forma, a ‘recolonização’ servirá de veículo para espalhar mais rapidamente a técnica moderna. (LIMA *et al.*, 1970, p. 100).

Após ressaltarem a necessidade da empresa, juntamente com os novos colonos, desenvolver ações de incentivo aos agricultores locais para que estes apreendessem “[...] métodos modernos e [...] os caminhos para um melhor padrão de vida” (LIMA *et al.*, 1970, p. 101), os autores apresentam os critérios para a escolha dos novos agricultores que deveriam ser fixados em Morretes. Seriam 200 famílias, as quais são divididas em três grupos; divisão que foi realizada em função de sua especialização na produção agropecuária:

- Plantadores de arroz irrigado,
- Fruticultores,
- Agricultores já acostumados com a economia mista, isto é, Agricultura e Pecuária. (LIMA *et al.*, 1970, p. 101).

Os membros do grupo que se dedicaria ao plantio de arroz seriam escolhidos do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, ou de áreas do baixo São Francisco, nos estados de Alagoas e Sergipe. Após indicarem as virtudes dos arrozeiros de ambas as regiões, pois conseguem obter alta produção do cereal, e o fato de que faltariam áreas para os filhos desses agricultores, os engenheiros, de maneira sutil, hierarquizam-nos da seguinte forma: “[...] o Nordeste, em geral, [é] menos dotado financeiramente do que o Sulista” (LIMA *et al.*, 1970, p. 101).

Os fruticultores seriam oriundos dos municípios paulistas de Campinas, Limeira e Araraquara. Os agricultores que desenvolveriam de forma mista a agricultura e a pecuária seria das “[...] antigas colônias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina” (LIMA *et al.*, 1970, p. 102). Os municípios não são nominados, mas se trata de filhos de agricultores descendentes de imigrantes alemães e italianos do vale do rio dos Sinos e do Taquari, no Rio Grande do Sul, e de áreas no vale do rio Itajaí e no Oeste de Santa Catarina. Atividades e sujeitos agrícolas inseridos na modernização e, assim, na história como progresso.

A chegada desses agricultores produziria não somente um aumento na



produção agropecuária de Morretes, mas influenciaria na transformação da forma de viver dos agricultores locais, o que os autores apresentaram na conclusão do estudo nos seguintes termos:

Esperamos que, com os incentivos propostos neste estudo, as condições da produção agrária se tornem tão atrativas, economicamente, que o êxodo dos elementos ativos pare e que se recupere, em parte, a importância histórica do Município. O sucesso na realização do plano dependerá mais de problemas psicológicos do que técnicos, pois dependerá da influência, da orientação e do controle que os técnicos da ‘Empresa’ conseguirem em meio aos agricultores, tanto em relação com os colonos novos como também com os lavradores tradicionais. (LIMA *et al.*, 1970, p. 132).

A fórmula apresentada implicava, portanto, em ações de controle e acompanhamento dos agricultores migrantes e dos nativos. A proposta de implantação do projeto criava, assim, uma expectativa de constituição de um novo litoral, uma região que seria espelho do planalto e de outras regiões agrícolas do Paraná, e não mais a sua diferença.

Considerações Finais

“Não aguentava mais ver SC virar Miami e o Paraná o Haiti” diz Ratinho Jr sobre obras no litoral (TRIBUNA DO PARANÁ, 2021).

As propostas registradas em “Morretes e suas Possibilidades” para o desenvolvimento agrícola, social e cultural do referido município não foram implementadas. Ao consultarmos a bibliografia acadêmica sobre o litoral do Paraná, verificamos a permanência de discursos que o constituem, por um lado, como “subdesenvolvido”, como uma das “regiões mais pobres do estado”, e, por outro, enaltecem sua “riqueza natural e cultural” (BORSATTO *et al.* 2007; ESTADES, 2003).

Como vimos, tratava-se de um projeto que, embora fizesse a crítica ao latifúndio improdutivo, também silenciava e/ou excluía a disponibilização de partes dessas áreas para negros e indígenas. Esses, quando citados, assim como a população local em geral, eram configurados como pertencentes a um passado



que deveria ser superado; não teriam, portanto, lugar no futuro projetado. Diante disso, cabe lembrar que foi exatamente durante a Ditadura Civil-Militar, com a disponibilização de créditos e subsídios públicos, que a concentração de renda e de terras em várias regiões do Paraná e do Brasil foi intensificada, tanto com a expansão dos latifúndios sobre as terras devolutas, quanto sobre terras de pequenos agricultores, por meio do mecanismo da grilagem, legado fundamental para a compreensão da (re)ocupação de terras no estado e no país em um “processo histórico secular de ocupação ilegal” (MOTTA, 2001). Esse “crime contra a nação” marginalizou as populações tradicionais do litoral e as empurrou ou para as periferias dos centros urbanos (BORSATTO *et al.*, 2007, p.425) ou para a orla litorânea como pequenos pescadores (ADAMS, 2000. p. 15-152).

Além disso, como a frase do atual governador do Paraná - reproduzida na epígrafe dessas considerações - permite perceber, esses discursos são novamente reativados para legitimar outros projetos de desenvolvimento para aquela região na atualidade. Ainda em 2016, podemos encontrar essa ideia-força¹⁸ de desenvolvimento econômico regional em uma passagem do Relatório de Impacto Ambiental sobre a construção de uma rodovia no município de Pontal do Paraná: “[...] essa rodovia nova deve impulsionar indiretamente a economia de todo o litoral do Paraná por trazer mais turistas e possibilitar a construção do Porto” (PARANÁ, 2016, p. 16). Tratam-se de novos acontecimentos, porém neles encontramos permanências discursivas, as quais construíram e constroem o litoral do Paraná como região, fazendo eco no presente às metáforas “maré vazante” e “sono histórico” aqui analisadas. A tensão entre os projetos de intervenção e as potencialidades locais continua a estabelecer redes discursivas nas quais a historicidade é elemento constituinte da região, por meio de usos do passado e de expectativas de futuro, constantemente relidos e reaplicados em diferentes circunstâncias históricas.

Por outro lado, principalmente a partir da década de 1990, foram criadas na região diversas Unidades de Conservação Ambiental e Reservas Particulares de Patrimônio Natural, as quais também visam a comercialização de créditos de carbono. Segundo Borsatto *et al.* (2007), “mais uma vez impôs-se na região uma política ‘de cima para baixo’, isto é, sem ouvir e considerar as ideias e opiniões das comunidades locais, principalmente das mais pobres” (BORSATTO *et al.* 2007, p.425). Levando isso em consideração, gostaríamos de ressaltar que, em nossa análise de “Morretes e suas Possibilidades”, buscamos problematizar os discursos presentes no referido estudo e sua postura hierarquizante do

saber técnico científico que silenciava os saberes locais impedindo um diálogo intersubjetivo. Uma estratégia discursiva a qual compreendemos como lastreada na articulação entre presente, passado e futuro, ou seja, em uma historicidade, que visava legitimar o próprio trabalho de diagnóstico, prognóstico e projeto ali elaborados.

Especificamente sobre Morretes, estudos recentes mostram como o turismo tornou-se a principal atividade econômica do município (BASTARZ; BIONDI, 2011, p. 656; GIMENES, 2011). Gimenes destaca, ao analisar o projeto de desenvolvimento do turismo gastronômico pela gestão municipal nos anos de 1989 e 1992, que com ele foram abertas “novas oportunidades de emprego e renda para a localidade”(GIMENES, 2011, p. 14). Diante disso, gostaríamos de lembrar, por fim, que algumas características apresentadas no estudo do INCRA como um passado a ser superado, “um museu da história paranaense”, tornaram-se hoje oportunidades para a própria dinamização da economia local tão projetada e desejada no documento aqui analisado.

Referências

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 43, n.1, p. 145-182, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27091>. Acesso em: 20 abr. 2022.

BALHANA, Altiva. P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília. M. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. *Campo e território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787>. Acesso em: 5 dez. 2022.

BASTARZ, Clarice; BIONDI, Daniela. Aplicação do método Q para a valoração da paisagem de Morretes, Paraná, Brasil, como subsídio ao planejamento do turismo. *Turismo em Análise*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 651-680, dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14268>. Acesso em: 2 ago. 2022.

BORSATTO, Ricardo Serra *et al.* Problemas agrários do litoral paranaense: abordagem histórica. *Scientia Agraria*, Curitiba, v.8, n.4, p.421-430, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/agraria/article/view/9891/8065>. Acesso



em: 3 dez. 2022.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BRASIL. Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965. Institucionaliza o crédito rural. *Diário Oficial da União*, de 9.11.1965. Brasília, DF: 9 nov. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4829.htm. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRIGHETTI, Giorgio. *Manual retificação de cursos d'Água*. São Paulo: USP, [2022]. <http://www.pha.poli.usp.br/LeArq>. Acesso em: 12 ago. 2022.

ESTADES, Naína P. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 8, p. 25-41, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22047>. Acesso em: 14 jul. 2022.

FLEISCHFRESSER, Vanessa. *Modernização tecnológica da agricultura: contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70*. Curitiba: Chain/Concitech/ Ipardes, 1988.

GIMENES, Maria Henriqueta Sperandio Garcia. Do início do turismo gastronômico em Morretes (Pr): notas introdutórias. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-16. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307752171_ARQUIVO_DOINICIODOTURISMOGASTRONOMICOEMMORRETES.pdf. Acesso em: 9 ago. 2022.

GOMES, Mauro. Revolução Verde. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 407-408.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

INDA - INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *INDA Cooperativo*. Curitiba: INDA, 1970. n. 3.

KAGEYAMA, Angela A.; SILVA, José G. da. Os Resultados da Modernização Agrícola dos anos 70. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 537-559, set./dez. 1983. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/156899>.



Acesso em: 19 maio 2022.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart *et. al.* *O Conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LACOSTE, Yves. *A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 8. ed. Campinas: Papirus, 2004.

LEANDRO, José A. *Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá (1850-1888)*. 2003. Tese (Doutorado em História) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LIMA, Silvio de C.; ELFES, Albert; PIRES, José O.; GERBER, Henry H. *Morretes e suas possibilidades*. Curitiba: INCRA, 1970.

MELLO, Sílvia B. de. O avançar dos trilhos e a construção do território no Paraná (Guarapuava, 1920-1954). *Revista Esboços*, Florianópolis, n. 9, p. 179 - 192, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/578>. Acesso em: 23 jun. 2022.

MENDONÇA, Sonia. R. de. Ruralistas, técnicos e tecnologia agropecuária: a antirreforma agrária no Brasil contemporâneo. In: BOTH, Marcio; KOLING, Paulo. (org.). *Terra & poder: abordagens de história agrária*. Porto Alegre: FCM, 2015. v. 1, p. 11-30.

MOTTA, Márcia. A grilagem como legado. In: MOTTA, Márcia; PINEIRO, Theo Lombarinhas. *Voluntariado e universo rural*. Rio de Janeiro: Vício de leitura, 2001. Disponível em: http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/7MottaAGrilagemcomoLegado.pdf. Acesso em: 13 mar. 2022.

MOTTA, Márcia; MENDONÇA, Sônia. Modernização agrícola. In: MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 305-309.

NADALIN, Sérgio O. *Paraná: ocupação do território, população e migrações*. Curitiba: SEED, 2001.

OLINTO, Beatriz A. “Sem ilustração”: a incapacidade das populações rurais na profilaxia rural do Paraná (1916-1921). *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 4, n. 8, p. 102-123, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/>



index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2012v4n8p102/24537.
Acesso em: 6 dez. 2022.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O Silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PARANÁ. DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM. *RIMA: Relatório de impacto ambiental. Faixa de infraestrutura Pontal do Paraná*. Curitiba: DER/ENGEMIN, 2016.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguimento de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Unesp, 1998.

ROMEIRO, Ademar R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Carlos R. A. dos. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba: Juruá, 2007.

SERRA, Elpidio. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. *Boletim de Geografia*, Maringá, ano 10, n. 1, p. 61-93, 1992.

SETTI, Eloy O. *Cooperativismo paranaense: Ocepar 40 anos construindo o futuro*. Curitiba: Ocepar, 2011.

SILVA, Marcio A. B. da; WOLFART, Cíntia; RIBEIRO, Marcos V. Aspectos da modernização da agricultura durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): vínculos, métodos e estratégias. *Projeto História*, São Paulo, v. 68, p. 79-112, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/48242>. Acesso em: 5 jul. 2022.

STEIN, Marcos N. Migração, meio ambiente e colonização: análise de relatório de Albert Elfes sobre a ocupação do Oeste do Paraná. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA AMBIENTAL E MIGRAÇÕES, 1., 2010, Florianópolis. *Anais[...]*. Florianópolis: UFSC, 2010. p. 692-706. (CD-ROM).

STEIN, Marcos N. Imigração, colônias agrícolas e etnicidade: uma análise sobre discursos de identificação no Paraná. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 14, p. 108-123, 2014. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/4169>. Acesso em: 5 jul. 2022.



STEIN, Marcos N. Colonos e colônias agrícolas no Paraná nos Séculos XIX e XX. In: *Congresso Internacional de História Regional*, 1., 2011, Passo Fundo. *Anais Eletrônicos*[...]. Passo Fundo: UFP, 2011. v. 2, p. 1767-1778. Disponível em: <http://historiaregional.upf.br/index.php/anais-eletronicos/2010>. Acesso em: 5 jul. 2022.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da agroindústria canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1979.

Tribuna do Paraná, Curitiba, 21 jun. 2021. Disponível em: <https://tribunapr.uol.com.br/noticias/parana/nao-aguentava-mais-ver-sc-virar-miami-e-o-parana-o-haiti-diz-ratinho-jr-sobre-obras-no-litoral/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

UTUMI, Américo *et. al.* *A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico*. São Paulo: Artegráfica, 1973.

WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1995.

Notas

¹Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professor Associado do Colegiado de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Pesquisador do INCT Proprietas: História Social da Propriedade e Direitos de Acesso.

²Doutora em História Cultural pela UFSC. Professora Associada do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UNICENTRO. Pesquisadora do INCT Proprietas: História Social da Propriedade e Direitos de Acesso.

³O INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, foi criado pelo Decreto 1.110 da Presidência da República em 09/07/1970 e reunia a função de três órgãos: o INDA, o IBRA e o GERA (INDA, 1970. p. 1).

⁴Sobre esses dois documentos, ver, respectivamente: (STEIN, 2010; STEIN, 2014).

⁵A região era habitada por indígenas carijós, muitos dos quais foram escravizados pelos brancos e usados como mão de obra na extração de ouro. (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 39; WACHOWICZ, 1995, p. 40).

⁶Com algumas modificações, essa política continuou nos governos posteriores, resultando na fixação de cerca de 100.000 imigrantes no Paraná até 1934. (NADALIN, 2001, p.79).

⁷Na década de 1970, o planejamento agropecuário no Brasil ainda era bastante descentralizado. Além das políticas adotadas pelo Ministério da Agricultura, outros órgãos públicos federais, subordinados a outros ministérios, e estados também realizaram tentativas de planejamento e estudos visando o desenvolvimento agropecuário e de



agroindústrias. (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 18-21).

⁸Não encontramos detalhes biográficos sobre esse engenheiro agrônomo.

⁹Tamás Szmrecsányi (1976), em seu estudo sobre o planejamento da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1975, apresenta os seguintes estágios do processo de planejamento socioeconômico: “a) diagnóstico da evolução do complexo socioeconômico [...] que se pretende influenciar através do planejamento; b) formulação de uma política de desenvolvimento para o complexo; c) elaboração do plano propriamente dito; d) execução do plano; e) avaliação periódica dos resultados obtidos; f) progressiva reformulação do diagnóstico, da política de desenvolvimento, dos objetivos e dos instrumentos do plano”(SZMRECSÁNYI, 1979, p. 12). Esse pesquisador ressalva que todo planejamento é dinâmico, depende das informações e decisões tomadas e do processo.

¹⁰No interior do livro esse mapa físico é rerepresentado com legendas que identificam as imagens como “banhado”, “rio”, “morro”, “serra” e “divisa seca”. A referência é o Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC – do Paraná.

¹¹Na obra “A Geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, o geógrafo Yves Lacoste (2004, p.6) discute o efeito da geografia regional francesa na construção de “geografismos”, ou seja, na delimitação de regiões-sujeitos, “regiões personalidade”. Para o autor: “O processo científico é unido a uma história e deve ser visto em parte por suas relações com as ideologias e, em outra, como prática ou como poder.”

¹²Sobre a “incidência de endemias” na região litorânea do Paraná e o discurso sobre a população ali residente ser “refratária” às atitudes profiláticas para o combate a essas doenças no início do século XX, ver: (OLINTO, 2012, p. 116-117).

¹³Em um manual de retificação de rios, encontramos a seguinte narrativa sobre a curvatura dos cursos d’água: “Pode-se afirmar, de maneira geral, que não existem cursos d’água naturais retilíneos, mas sim meandros, isto é, o rio procura o seu equilíbrio, que também é dinâmico, aumentando a extensão, erodindo, depositando e diminuindo, conseqüentemente, a sua declividade longitudinal. O curso d’água retilíneo é instável” (BRIGHETTI, [2022], p.3).

¹⁴Sobre a constituição da propriedade de terra no Brasil, ver: Motta (2001).Ver também a lei crédito rural (BRASIL, 1965).

¹⁵O estudo em análise sugeria uma percepção que encara etnia como algo estático, inerente aos grupos humanos, e não como algo dinâmico, como resultado de interações entre diferentes grupos em determinado espaço geográfico. Para uma análise da construção histórica da noção de etnicidade, ver: (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

¹⁶Para uma discussão sobre projetos de profilaxia em populações rurais do Paraná no início do século XX, ver: (OLINTO, 2012).

¹⁷Para uma análise desse grupo social no Paraná, ver: (LEANDRO, 2003) e (OLIVEIRA, 2001).

¹⁸Para Pierre Bourdieu (1998, p. 48), uma ideia-força é um discurso poderoso, uma ideia que tem força social e que realiza uma crença.